

TCEMG celebra 80 anos



► Comemorações incluíram congresso internacional, lançamento de memorial e medalhas



MEMORIAL DO TCEMG

CONSELHEIRO EDUARDO CARONE COSTA

*Da Casa dos Contos
ao Tribunal de Contas*

A história do controle de gastos públicos no Brasil é bem mais antiga do que se imagina. Desde o Império do Brasil, quando o Brasil ainda era uma colônia, o controle de gastos era uma preocupação constante. O primeiro passo foi a criação do Conselho de Contas em 1808, que tinha a função de controlar os gastos do governo. Depois disso, houve várias mudanças, mas a ideia de controle externo sempre esteve presente. Hoje, o Tribunal de Contas de Minas Gerais é o órgão responsável por essa função no estado.



Casa dos Contos



O Tribunal de Contas do Estado de Minas
Gerais possui agora o **Memorial do TCEMG**
Conselheiro Eduardo Carone Costa.
Um espaço voltado para a cultura, a memória e
o conhecimento. **Visite!**

Editorial

Passado, presente e futuro do controle externo

N o dia 9 de setembro deste 2015 o Tribunal de Contas de Minas Gerais completou 80 anos de existência – oito décadas de trabalho na respeitável função de fiscalizar o dinheiro público que entra e sai dos cofres dos municípios mineiros e do Estado.

Esta edição especial do Contas de Minas apresenta o noticiário das festividades relativas à data e a cobertura do maior evento de controle externo do ano, o I Congresso Internacional de Controle e Políticas Públicas.

Publica-se também a terceira e última parte da compilação de textos selecionados sobre a história da Corte de Contas. Uma oportunidade para lembrar origem, personagens, fatos, formas de atuação. Mais de uma geração de legisladores participou do processo de idealização, criação e implantação do sistema escolhido para a execução do controle externo. Previsto desde a primeira Constituição republicana, a instalação de fato levou mais de quatro décadas, ocorrendo no ano de 1935.

A efetivação da nova atividade pública ainda iria se atrasar mais: apenas quatro anos depois, o regime ditatorial de Getúlio Vargas encerrou as atividades do Tribunal. Sua substituição por um “Departamento Administrativo”, de poderes reduzidos ou que sequer seriam exercidos, foi o disfarce para eliminar o controle externo. Um procedimento comum às ditaduras. Após o fim do Estado Novo, o Tribunal de Contas de Minas Gerais foi recriado e, a partir daí, sua história seguiu um curso natural, progressivamente, adquirindo novas funções e melhor estrutura.

Atualmente funciona em sede própria, distribuída em dois prédios, com um corpo técnico qualificado e eficiente grupo com a função de apoio administrativo.

Também foi lançada a Pedra Fundamental para construção do Centro de Integração da Fiscalização e de Gestão de Informações Estratégicas – Suricato, que está vinculada ao Plano Estratégico do TCEMG 2015–2019 e marca o início efetivo de edificação muito importante não somente para esta Casa mas para o sistema brasileiro de Tribunais de Contas, pois a institucionalização da Política de Fiscalização Integrada representa um paradigma na história do controle externo do Brasil.

Para este Tribunal de Contas, que passará a contar com um parque tecnológico *gerido a partir de investimentos em infraestrutura e em ferramentas para intensificar o cruzamento de dados e a criação de malhas fiscalizatórias*, a construção do Centro Suricato significa grande salto de qualidade nas ações fiscalizatórias. O projeto de edificação prevê ainda uma sala de situação – ambiente complexo de planejamento e apoio a tomada de decisão por meio de monitoramento via painéis de situações sensíveis à fiscalização, parametrizadas de acordo com as melhores técnicas de econometria; um laboratório para testes de engenharia para realização de amplo espectro de testes, em padrões nacionais e internacionais de qualidade baseados em normas de referência, para o controle das obras públicas; e um laboratório para testes de malhas de fiscalização.

O prédio abrigará também, em andar exclusivo, a Superintendência de Controle Externo, com suas Unidades de Apoio, e a Diretoria de Tecnologia de Informação.

A sociedade, que a cada dia se torna mais complexa, exige evolução dos órgãos que possuem a função constitucional de servir à população. E o Tribunal de Contas de Minas Gerais não se furtará ao cumprimento desta responsabilidade.

Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

Presidente
Conselheiro Sebastião Helvecio Ramos de Castro

Vice-Presidente
Conselheiro Cláudio Couto Terrão

Corregedor
Conselheiro Mauri José Torres Duarte

Conselheiros
Wanderley Geraldo de Ávila
Adriene Barbosa de Faria Andrade
José Alves Viana (Ouvidor)
Gilberto Pinto Monteiro Diniz

Conselheiros Substitutos
Licurgo Joseph Mourão de Oliveira
Hamilton Antônio Coelho

Ministério Público junto ao Tribunal de Contas
Procurador-Geral
Daniel de Carvalho Guimarães

Subprocuradora-Geral
Elke Andrade Soares de Moura Silva

Procuradores
Maria Cecília Mendes Borges
Glaydson Santo Soprani Massaria
Sara Meinberg Schmidt Andrade Duarte
Marcílio Barenco Correa de Mello
Cristina Andrade Melo

Chefe de Gabinete do Conselheiro Presidente
Ronaldo Jayme Machado

Chefe de Gabinete da Presidência
Roberto de Mello Saada

Diretora-Geral
Raquel de Oliveira Miranda Simões

Expediente



Diretoria de Comunicação do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

Diretor
Lúcio Braga Guimarães
Jorn. Mtb n. 3422 - DRT/MG

Editor Responsável
Luiz Cláudio Diniz Mendes
Jorn. Mtb n. 0473 - DRT/MG

Redação
Alda Clara de Aquino
Frederico Nicola La Rocca
João Manuel Lopes de Cerqueira
Karina Camargos Coutinho
Márcio de Ávila Rodrigues
Raquel Campolina Moraes
Thiago Rios Gomes

Revisão
Márcio de Ávila Rodrigues

Projeto Gráfico
Coordenadoria de Publicidade e Marketing Institucional

Diagramação
Márcio Wander Moura Ferreira
MG-00185 DG - DRT/MG

Fotos
Gilson de Souza
Maurílio Nogueira
Arquivo TCEMG

Impressão
Rona Editora

Tiragem
4.000 exemplares

Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais
Av. Raja Gabáglia, 1.315 - CEP: 30380-435
Luxemburgo - Belo Horizonte/MG
Fones: (31) 3348-2147 / 3348-2177 - Fax: (31) 3348-2253
e-mail: tcemg@tce.mg.gov.br - Site: www.tce.mg.gov.br

Índice

- 6 Congresso Internacional de Controle e Políticas Públicas reuniu 1500 participantes na capital mineira
- 9 Jurista Jacoby Fernandes fez sugestões para a construção de prédios públicos
- Congresso apresentou painéis para o planejamento da Saúde Pública
- 10 Corrupção na administração pública é combatida
- Desenvolvimento Sustentável foi discutido em painel
- 11 Prefeito Márcio Lacerda contou sua experiência à frente do Município de BH
- 12 Investimento em infraestrutura deve ter como objetivo o serviço à sociedade
- 13 Políticas Públicas para educação foram debatidas no Minascentro
- 14 Procuradora questionou “gastos históricos” em Educação
- 15 Secretário de Contas da República Dominicana defendeu investimento em sustentabilidade
- 16 Crise hídrica deve ser solucionada com gestão eficaz
- 17 Acesso à informação é um dos caminhos para melhoria da saúde pública
- 18 Aroldo Cedraz defendeu o uso das novas tecnologias no controle externo
- Ministro do TCU afirmou que Controle Externo tem capacidade de modificar o Brasil
- 19 Presidente Sebastião Helvecio aposta no controle externo para a garantia do futuro
- Conferência de filósofo espanhol encerrou Congresso Internacional
- 20 TCEMG celebra 80º aniversário com cerimônia de entrega de medalhas
- 22 ALMG homenageou as oito décadas do Tribunal de Contas
- 23 Memorial traz o passado como presente de aniversário
- 24 Ao longo da história - Parte III
- 26 Comemoração dos 80 anos teve duas rodadas de encontros técnicos

Congresso Internacional de Controle e Políticas Públicas reuniu 1500 participantes na capital mineira

O Instituto Rui Barbosa (IRB) e o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG) abriram, no dia 6 de outubro, o I Congresso Internacional de Controle e Políticas Públicas. Cerca de 1.500 pessoas compareceram ao Minascentro, em Belo Horizonte, capital do

Estado de Minas Gerais, para acompanhar a solenidade de abertura e a conferência magna do economista Daron Acemoglu. O Presidente do IRB e do TCEMG, Conselheiro Sebastião Helvecio, recebeu, entre dezenas de autoridades, o Governador mineiro, Fernando Damata Pimentel. ▶





O Presidente do TCEMG, Conselheiro Sebastião Helvecio



O Governador do Estado de Minas Gerais, Fernando Pimentel



O professor Daron Acemoglu

O Presidente do TCEMG afirmou que a data de início do congresso ficará marcada em sua mente e seu coração. Segundo o idealizador do evento, há quase dois anos o IRB planeja esta realização do “sonho” de unir a administração pública com a Academia, que, segundo ele, é um “segmento absolutamente fundamental para o desenvolvimento do país”. E completou Sebastião Helvecio: “e hoje, para a nossa alegria, neste nosso evento teremos a presença de 15 das maiores universidades do mundo, dialogando com o sistema de controle externo”.

O Governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel, discorreu sobre o papel do Tribunal de Contas na administração estadual. Para ele, o TCEMG tem aperfeiçoado os mecanismos de monitoramento e exame técnico das prefeituras de maneira eficiente e transparente. “A preocupação permanente com treinamento e com atualização do corpo técnico funcional tornou o nosso Tribunal uma referência no país e mesmo fora do país. Além disso, o Tribunal de Contas tem sido parceiro dos municípios e do próprio Estado na busca de soluções para problemas e para impasses que surgem diuturnamente”, afirmou.

Após a cerimônia, o professor de Economia do Massachusetts Institute of Technology (MIT), Daron Acemoglu, fez uma conferência magna. O turco radicado nos EUA expôs ideias registradas no seu livro *Por Que as Nações Fracassam*, escrito em parceria com James Robinson.

Como demonstrou em sua palestra, Acemoglu investiga as causas das desigualdades entre os países, diferenças essas que permanecem após a globalização. Para o economista, um caminho para solucionar esse questionamento está na observação de como as instituições sociais se configuram. Ele descreve um tipo de instituição política ou econômica que chama de inclusiva, que está relacionada com o desenvolvimento. Segundo o professor, elas são conhecidas pela segurança jurídica e cumprimento dos contratos.

No primeiro dia do congresso foi assinado um termo de cooperação entre Controladoria Geral da União, IRB, Atricon e Ministério do Planejamento. O objetivo é a conjugação de esforços para o cumprimento da LRF pelos estados e municípios.

Integraram a mesa de honra o Presidente Sebastião Helvecio, o Governador Pimentel, o Ministro Substituto do TCU Marcos Bemquerer, o Defensor Público-Geral em exercício, Wagner Geraldo Ramalho Lima; o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCEMG, Daniel de Carvalho Guimarães; o Controlador Geral do Município de Belo Horizonte, José de Freitas Maia; o Tenente-Coronel do Exército José Luiz Ferreira Marujo, o Conselheiro do Tribunal de Contas gaúcho Marco Peixoto, o Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, Valdecir Pascoal; o Corregedor do Tribunal de Contas dos Municípios do Ceará, Conselheiro Hélio Parente; o professor de economia do MIT Daron Acemoglu; Pedro Ortiz Hernández, membro da Cámara de Cuentas da República Dominicana; Juiz Conselheiro do Tribunal Administrativo da República de Moçambique, João Varimelo; Presidente da Associação Brasileira de Previdência de Estados e Municípios, Antônio Corrêa; o prefeito de João Monlevade, Teófilo Faustino Miranda Torres; e o presidente da Codemig, Marco Antônio Castelo Branco.

O congresso foi patrocinado por Sebrae, CBMM, PBH, Codemig, Copasa, Cemig, Governo de Minas, Caixa Econômica Federal, e Governo Federal. ■

Jurista Jacoby Fernandes fez sugestões para a construção de prédios públicos



Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, renomado Jurista

O advogado e professor de Direito Jorge Ulisses Jacoby Fernandes fez uma explanação sobre as formas mais adequadas para a construção de prédios públicos em uma palestra realizada durante o *I Congresso Internacional de Controle e Políticas Públicas*. A palestra tinha o título de *A nova visão do patrimônio público: eficiência da gestão com foco no desenvolvimento das políticas públicas*.

Jacoby Fernandes analisou três novas formas de contratação de edificações de prédios públicos: o uso da parceria público-privada, a locação de ativos e a locação sob medida. A palestra foi acompanhada com interesse por gestores públicos, representantes de tribunais de contas de vários estados brasileiros e estudantes das áreas enfocadas. O jurista, que já foi Conselheiro do Tribunal de Contas do Distrito Federal também argumentou que “os tribunais de contas têm mais poder que os juizes, que são restritos à legalidade, pois também podem analisar a legitimidade e a economicidade, buscando alternativas mais racionais e mais justas nos processos”.

Congresso apresentou painéis para o planejamento da Saúde Pública

O financiamento e planejamento das políticas públicas na área de saúde foram o tema central de quatro painéis apresentados no dia 7/10, no auditório Topázio do Minascentro, em Belo Horizonte. O evento fez parte da programação do *I Congresso Internacional de Controle e Políticas Públicas*. O Conselheiro Ouvidor do TCEMG, José Alves Viana, presidiu a mesa do painel temático. O Presidente do TCEMG, Conselheiro Sebastião Helvecio, acompanhou atentamente os pronunciamentos.

A primeira oradora foi a secretária-adjunta de Saúde do Governo mineiro, Alzira de Oliveira Jorge. A médica apresentou o Planejamento das Políticas Públicas com Ênfase na Saúde Preventiva. Após relatar o histórico da criação do Sistema Único de

Saúde (SUS), Alzira informou que o Brasil é o único país com população superior a 100 milhões de habitantes a adotar um sistema universal, público e gratuito. “No SUS nós fazemos muito com pouco dinheiro, mas ainda é insuficiente para as necessidades da população. Precisamos fazer mais e melhor”, disse a secretária-adjunta.

O consultor técnico do Ibedess, o Instituto Brasileiro de Estudos e Desenvolvimento do Setor da Saúde, César Vieira, levou ao público presente informações sobre os Modelos de Assistência à Saúde no Cenário Mundial, Saúde Pública e Complementar no SUS-Brasil e em Perspectiva Comparativa. Ele explicou que qualquer sistema de saúde é composto pelo macrocontexto do país, pela sociedade, pelos financiadores, pelos prestadores do serviço e pelo Estado. Segundo Vieira, não existe nenhum sistema apenas público ou privado. No caso brasileiro, a classe de menor renda usa o SUS e faz gastos diretos com medicamentos, enquanto as classes média e alta usam o SUS para procedimentos de alta complexidade.

A presidente do Hemominas, Júnia Guimarães Mourão Cioffi, traçou “A Breve História do Programa Nacional do Sangue”. Ela lembrou que o Presidente Sebastião Helvecio é considerado o pai do Hemominas por ser o criador da instituição e por tê-la transformado em fundação. O gerente de Desenvolvimento Institucional do Hemominas, Diogo Wanis Lara, também apresentou painel, sobre os Desafios para a Garantia da Execução da Política Estadual do Sangue.



O Conselheiro Ouvidor do TCEMG, José Alves Viana, presidiu a mesa do painel temático

Corrupção na administração pública é combatida

O consultor jurídico em Direito Público e parecerista Hélio Saul Mileski falou sobre o combate à corrupção e eficiência das políticas públicas no auditório Topázio do Minascentro, na tarde do dia 7 de outubro. Mileski, que também é autor de vários livros sobre controle e combate à corrupção, abriu a palestra fazendo uma reflexão sobre o novo tipo de Estado que surgiu no século XXI, resultado da revolução digital e das mudanças globalizadas e sobre as consequências na administração pública.

Segundo ele, o novo Estado deve ser plural, transparente e participativo; e deve direcionar a administração pública para a boa governança. “Acabou o segredo no âmbito da administração pública, hoje não é mais possível um Estado sem participação social”, afirmou ele. Definiu a corrupção como uma típica relação entre o setor público e o privado que produz resultados ilícitos e “existente em todas as esferas administrativas”. Afirmou que o favorecimento pessoal, ou de terceiros, nas decisões públicas servem para minar e destruir toda a estrutura estatal, além de arruinar qualquer ação eficiente enquanto cobra mais sacrifícios da sociedade. Por essa razão, ele defendeu que os tribunais de contas precisam se renovar para controlar a nova ação governamental. “As estratégias de combate

Hélio Saul Mileski, consultor jurídico



à corrupção precisam ser permanentes e continuadas, com o rigoroso cumprimento da lei, pois a finalidade do controle é atuar em prol da garantia dos interesses públicos”, defendeu o jurista. Para Mileski, a violação dos princípios constitucionais descritos no artigo 37, (legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência), é a forma mais grave de transgressão às normas.

Acrescentou que a finalidade da administração pública é prestar serviços públicos, “o Estado não existe para ele mesmo, existe para o cidadão”. Segundo Mileski, é obrigação do agente público fazer o melhor, da melhor forma possível, ou seja, “buscar os melhores resultados com os custos adequados”. A administração pública responde civilmente pela inércia em atender uma situação que exija sua presença e que cause danos a sociedade. Esse entendimento do Supremo Tribunal Federal reforça a teoria da administração voltada para os interesses coletivos, segundo Saul Mileski.

Desenvolvimento Sustentável foi discutido em painel

No dia 7 de outubro, segundo dia do I Congresso Internacional de Controle e Políticas Públicas, foi realizado o painel Políticas Públicas na área do Desenvolvimento Sustentável. A mesa de debates foi presidida pelo Conselheiro do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul (TCE-RS) Algir Lorenzon e mediada pelo Conselheiro do Tribunal de Contas do Município de São Paulo Maurício Faria. Os expositores foram o gerente de políticas públicas do Sebrae Bruno Quick, o jurista Jair Santana e o secretário de Logística do Ministério do Planejamento, Cristiano Heckert. O Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE) e Presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), Valdecir Pascoal, também participou da mesa como convidado de honra.

Cerca de 250 participantes do congresso lotaram a sala Quartz, do Centro de Convenções Minacentro, em Belo Horizonte, para assistir às palestras dos três especialistas no assunto. O primeiro a falar foi o jurista Jair Santana, que abordou o tema Aquisições Governamentais, Desenvolvimento Sustentável e Planejamento. Na sequência, o secretário de Logística do Ministério do Planejamento, Cristiano Heckert, falou sobre Compras Públicas e Sustentabilidade da Administração Pública Federal.



Bruno Quick falou sobre Desenvolvimento e Planejamento da Política Pública na área do Desenvolvimento Sustentável

O terceiro a falar foi o Conselheiro Ouvidor do Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso (TCE-MT), Antônio Joaquim, que ministrou a palestra Executoriedade da Política Pública das Micro e Pequenas Empresas. O gerente de políticas públicas do Sebrae, Bruno Quick, foi o responsável por encerrar os trabalhos técnicos do painel com a palestra Desenvolvimento e Planejamento da Política Pública na área do Desenvolvimento Sustentável.

Prefeito Márcio Lacerda contou sua experiência à frente do Município de BH

O prefeito de Belo Horizonte, Márcio Lacerda, que preside a Frente Nacional de Prefeitos, foi um dos conferencistas, no dia 7/10, do congresso internacional. Originalmente empresário da área de telecomunicações que se aproximou da política e atuou nas três esferas federativas, ele dividiu com o grande público, presente no principal auditório do Minascentro, suas experiências à frente da Capital Mineira.

Márcio Lacerda contou que recebeu críticas, quando chegou ao governo municipal, por considerar os cidadãos como clientes da prefeitura. Entretanto, ele interpreta que o novo ponto de vista trazido para o poder público foi útil, por exemplo, na adoção de práticas renovadas de planejamento. “Nós perguntamos como deveria ser a cidade em 2030, e, desse exercício, surgiram 500 ações que configuram um modelo de gestão. Nesse modelo, temos três “pês” – pessoas, processos e produtos – e três “ês” – estratégia, estrutura e estilo”, detalhou.

Quanto à participação popular nas gestões, o prefeito de BH afirmou que a tendência é que as demandas sejam feitas de forma participativa. Ele recordou que o município possui cerca de 600 instâncias de participação em sua estrutura. “Essa radicalização da democracia é necessária porque os falsos salvadores da pátria são cada vez menos aceitos pelos eleitores”, comentou.

O prefeito Márcio Lacerda elogiou o Presidente do IRB e do Tribunal de Contas (TCEMG), Sebastião Helvecio. “É um conselheiro nosso, quando despido da formalidade, conversa conosco, prefeitos, transmitindo sua moderna visão do controle e políticas públicas, ancorado em sólida formação acadêmica”.



O Prefeito de Belo Horizonte, Márcio Lacerda (dir.), ao lado do Presidente do TCEMG, Sebastião Helvecio

mento histórico para a administração pública brasileira. Para isso, ele convidou duas servidoras do TCEMG, com reconhecidos conhecimentos técnicos, a diretora-geral Raquel Simões e a superintendente de Controle Externo Cláudia Fusco para entregarem ao prefeito Márcio Lacerda o Manual do Índice de Efetividade da Gestão Municipal. Esse gesto simbólico, para o Presidente, é o necessário encontro dos bons técnicos com os bons políticos. “O IRB e o TCEMG entregam este *pen card* com todos os dados de BH, comparada a outros municípios, para o município saber onde deve avançar”, disse Sebastião Helvecio.

Livro

Às 17 horas do mesmo dia, o congresso internacional foi palco do lançamento do livro Dicionário de Políticas Públicas, editado pela Faculdade de Políticas Públicas Tancredo Neves, da Universidade Estadual de Minas Gerais.

Momento histórico

Ao final da conferência, o Presidente Sebastião Helvecio anunciou, aos mais de 1.500 participantes, a vivência de um mo-



Investimento em infraestrutura deve ter como objetivo o serviço à sociedade



O painel analisou as políticas públicas na área da infraestrutura

A infraestrutura como elemento de políticas públicas foi o tema discutido no auditório Granada do Minascentro, na manhã do dia 7 de outubro no I Congresso Internacional de Controle e Políticas Públicas, realizado pelo Instituto Rui Barbosa-IRB em parceria com o TCEMG. O painel foi mediado pelo Conselheiro Adircélio de Moraes Ferreira Júnior, vice-presidente do Tribunal de Contas de Santa Catarina. Participaram também Tadeu Carneiro, presidente da Companhia Mineira de Metalurgia e Mineração; Jobson Nogueira Andrade, presidente do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura de Minas Gerais – CREA-MG; José Antônio Moreno Molina, professor catedrático de Direito Administrativo na Universidade de Castilla-La Mancha(UCLM); e German Zappani, especialista fiduciário do Banco Interamericano de Desenvolvimento no Brasil – BID.

O presidente do CREA-MG, Jobson Nogueira, foi o primeiro a falar no painel. Ele fez uma breve reflexão sobre o significado do controle, do Estado e da serventia da infraestrutura. Ele afirmou que “o papel do Estado é garantir a vida das pessoas por meio de políticas públicas eficientes, pois



Tadeu Carneiro, presidente da CBMM

o cidadão é quem financia o Estado. Contudo, para financiar o Estado, é preciso produzir riquezas, e estas, só serão produzidas de forma ordenada se o Estado abrir caminhos, criar infraestrutura para essa produção. Assim, o controle se torna cada vez mais importante nas três fases dos projetos, seja no planejamento, na execução ou na avaliação das políticas públicas”, completou.

Tadeu Carneiro, presidente da CBMM, deu prosseguimento ao tema infraestrutura. Ele falou que eficiência é imprescindível para distribuir riquezas com sustentabilidade. Num breve histórico sobre a CBMM, ele lembrou que o nióbio, produto associado ao aço que o torna mais resistente e flexível, não existia no mercado há 60 anos. Hoje a experiência da CBMM mostra que é possível criar infraestrutura eficiente com planejamento de longo prazo. “Temos que priorizar o que será o futuro”, fechou o presidente da CBMM.

O catedrático da Universidade de Castilla-La Mancha(UCLM), professor de Direito Administrativo José Moreno Molina, falou das parcerias entre o setor público e o privado nas obras de infraestrutura na União Européia. Disse que “não é admissível que o Estado compartilhe prejuízos do negócio transferido ao setor privado, pois quando o Estado faz a transferência da construção de obras de infraestrutura, também lhes transfere os benefícios e riscos do investimento”.

Já German Zappani, especialista fiduciário do BID no Brasil, fez um breve relato das atuações do banco nos investimentos nas Alianças Público-Privadas – APP - na área de infraestrutura, nos países da América do Sul e Caribe. Ele afirmou que o BID é um facilitador dos programas de APPs, mas que a busca de investimentos requer a solução de aspectos estruturais que envolvem os ambientes regulatórios, as capacidades técnicas e os mecanismos de governança. “É preciso reforçar a capacidade institucional do Estado para que as parcerias cubram, de forma eficiente e eficaz, os espaços de investimentos e prestação de serviços públicos de qualidade”, concluiu Zappani.

Políticas Públicas para educação foram debatidas no Minascentro

O congresso internacional abriu, no primeiro dia, a discussão sobre políticas públicas e educação com a exposição do painel “Financiamento e Planejamento” na área educacional, presidido pelo Conselheiro Antônio Cristóvão Correia de Messias, do Tribunal de Contas do Estado do Acre. A mesa foi composta pela Procuradora do Ministério Público de Contas de Minas Gerais, Cristina Andrade de Melo; o secretário municipal adjunto de Educação, Afonso Celso Renan; o Conselheiro Vice-Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, Edilberto Pontes; a subsecretária de Informações e Tecnologias Educacionais da Secretaria do Estado de Minas Gerais em Educação, Júnia Sales Pereira.

A Procuradora Cristina Andrade de Melo destacou a valorização que a educação infantil teve no último ano com o Plano Nacional de Educação, implementado em 2014, que determina metas para as entidades públicas pelos próximos 10 anos. “Se antes a educação infantil era vista como assistencialismo do Estado, hoje ela evoluiu e é tutelada como uma obrigação do governo, para crianças de 0 a 5 anos”.

O secretário adjunto Afonso Celso Renan mostrou as estratégias que a Prefeitura de Belo Horizonte usou para cumprir as diretrizes do programa nacional. “A solução foi utilizar uma Parceria Público-Privada”, contrato em que uma entidade privada assumiu o compromisso de construir e cuidar das Unidades Municipais de Educação Infantil (Umeis) na capital mineira.

O Conselheiro Vice-Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, Edilberto Pontes, afirmou que a “educação é inclusiva, combate a desigualdade, amplia a cidadania, pre-

serva a preocupação com o coletivo e aumenta a força de trabalho produtivo”, por isso é interessante haver monitoramento contínuo e avaliações periódicas do emprego do erário público na área educacional.

Encerrando o painel, a subsecretária de Educação de Minas Gerais em Educação, Júnia Sales Pereira, assegurou que o Estado mineiro tem a segunda maior rede do país e é o Estado brasileiro mais complexo, pelo número de municípios (853). “É um grande desafio na promoção da educação, porque, além do ensino urbano, também cuidamos da didática do campo, quilombola e indígena”.

Participante do congresso, a secretária municipal de Educação da cidade mineira de Martins Campos, Ângela Pimenta, disse que veio ao evento para buscar novas orientações. “Mesmo que não haja novidades, é sempre bom reafirmar o assunto para ter uma gestão transparente”, completou. O analista universitário da Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG), Luis Gustavo Basílio Lemos, afirma que “educação é o que rege a UEMG e as orientações são importantes para a atualização do trabalho dentro da escola”.

O principal objetivo do painel foi a melhoria da administração pública com o intercâmbio de ideias e experiências entre as entidades participantes e a apresentação de estudos sobre os assuntos sugeridos. Além de levantar temas relacionados às políticas públicas e educação, o evento discutiu compras públicas e desenvolvimento sustentável, infraestrutura e parceira público-privada e políticas públicas e saúde.



Secretária Júnia Sales Pereira, Conselheiro Edilberto Pontes, Conselheiro Antônio Cristóvão Correia de Messias, Secretário Afonso Celso Renan e Procuradora Cristina Andrade de Melo

Procuradora questionou “gastos históricos” em Educação

No painel *Controle das Políticas Públicas na área de Educação*, a procuradora do Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo, Élida Graziane Pinto, afirmou que “não é mais possível admitir gastos históricos para cumprir o Plano Nacional de Educação (PNE)”, projeto que determina metas e estratégias para a política educacional dos próximos dez anos. Élida abriu o evento, na manhã do dia 8 de outubro, que faz parte do I Congresso Internacional de Controle e Políticas Públicas.

A palestra da procuradora teve como tema *As Cortes de Contas Brasileiras e o Controle pela Qualidade da Educação Conforme as Metas do Novo Plano de Educação*. Élida garantiu que é viável educar com os 60% da verba destinada para a educação. “O dever do gasto mínimo não é só um percentual de receita, mas também um conjunto de obrigações constitucionais que garantem oferta e qualidade de ensino”, declarou, propondo que uma das soluções é otimizar o consumo.

Interrompida por aplausos dos colegas de mesas e pelos participantes, a procuradora afirmou que gastar com educação não pode ser um gesto irresponsável, lembrando o valor do trabalho dos tribunais de contas em fiscalizar os gastos públicos, que desviados ou mal aplicados, podem retirar o direito à educação da população. “Estamos retrocedendo no tempo, tendo que discutir isso em 2015”, completou.

Élida lembrou que, desde 1934, há obrigatoriedade de repasse do erário para a educação, tirando os períodos ditatoriais, e ressaltou que a qualidade nas escolas nunca foi alcançada porque o dinheiro não chega ao destino final. “Não adianta ter pedaladas fiscais com educação. Verba de escola, de merenda e material escolar não pode ser contingenciada”, finalizou.

O Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, Manoel Pires dos Santos, presidiu a mesa do evento. “Quero registrar a importância de um evento



Procuradora do Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo, Élida Graziane Pinto

como este, que reúne, em um só lugar, os tribunais de contas de todo Brasil”, disse o Conselheiro, parabenizando todos que participaram da organização do evento.

O Conselheiro Corregedor Fernando Rodrigues Catão, do Tribunal de Contas da Paraíba; o secretário de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto do Tribunal de Contas da União, Ismar Barbosa Cruz e o Conselheiro do Tribunal de pPresidente do Colégio de Corregedores e Ouvidores dos Tribunais de Contas do Brasil, Hélio Parente, também participaram do painel.

Na parte da tarde, o professor de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS) e presidente do Instituto Brasileiro de Altos Estudos de Direito Público, Juarez de Freitas, foi o responsável por abordar, dentre outros assuntos, o Plano Básico de Educação no Brasil. O Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT), Waldir Júlio Teis, conduziu os trabalhos na mesa.



Conselheiro Fernando Rodrigues Catão, Conselheiro Hélio Parente, Conselheiro Manoel Pires dos Santos, Procuradora Élida Graziane Pinto e Secretário Ismar Barbosa

Secretário de Contas da República Dominicana defendeu investimento em sustentabilidade

“Para fazer uma gestão pública controlada e transparente, os administradores públicos devem comunicar imediatamente os resultados de sua gestão”. Dessa forma o secretário da Câmara de Contas da República Dominicana, Pedro Ortiz Hernández, explicou como os órgãos de controle do país agem para cobrar resultados dos gestores públicos no país. “A nova forma de governar deve basear-se em modelos de gestão pública que visem uma maior eficácia e eficiência em todos os níveis de governo”, completou o secretário.

O Presidente do Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte (TCE-RN), Antônio Gilberto de Oliveira Jales, foi o responsável por presidir a mesa de debates do segundo dia de apresentações no painel “Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável” do I Congresso Internacional de Controle e Políticas Públicas. Além do secretário de Contas da República Dominicana, também participaram dos debates a professora e diretora do curso de Direito Público da Escola Superior de Advocacia da Ordem dos Advogados de Minas Gerais (ESA-MG), Tatiana Camarão, e o secretário de Controle Externo de Aquisições Logísticas do Tribunal de Contas da União (TCU), Frederico Julio Goepfert.

A professora Tatiana Camarão falou sobre o *Controle da Legalidade para Concretização de Compras Públicas Sustentáveis*. Segundo a professora, “na licitação, não podemos mais ignorar os custos ambientais, sociais e econômicos de cada contratação”. “Gestor inteligente é aquele que já chegou à conclusão que tratar da questão sustentabilidade como um peso é totalmente equivocado”, considerou.

O secretário de Controle Externo de Aquisições Logísticas do Tribunal de Contas da União (TCU), Frederico Julio Goepfert, ministrou a palestra “Contratações Sustentáveis: Uma



Pedro Ortiz Hernández, da República Dominicana

Visão de Controle”. O secretário exemplificou algumas medidas que devem ser adotadas para minimizar as dúvidas quanto à adoção das contratações sustentáveis. Segundo ele, “clarificar o arcabouço legal e as políticas públicas sobre sustentabilidade, planejar as compras sustentáveis, considerando os custos do ciclo de vida dos bens (e de suas embalagens) e serviços, bem como as soluções e capacidade do mercado de atendimento, profissionalizar as equipes de compras, promover o monitoramento das iniciativas e projetos que envolvam ações de sustentabilidade e incrementar a divulgação das soluções e benefícios das ações de sustentabilidade junto aos cidadãos, compradores e fornecedores” são medidas fundamentais.



Tatiana Camarão, professora da Escola Superior de Advocacia da OAB-MG



Frederico Julio Goepfert, técnico do TCU, falou sobre as contratações sustentáveis

Crise hídrica deve ser solucionada com gestão eficaz

A escassez, o uso e a captação racional da água foram o tema central da exposição de Sinara Inácio Meireles Chenna, diretora presidente da Copasa, e de Alma Patricia Alonso Domingues, da Universidade de Castilla-La Mancha (UCLM), no painel sobre infraestrutura, no dia 08 de outubro, no I Congresso Internacional. Além delas, participaram do debate o presidente da Companhia Elétrica de Minas Gerais (Cemig), Mauro Borges e o secretário de Fiscalização de Infraestrutura Elétrica do TCU, Daniel Maia Vieira.

A presidente da Copasa trouxe ao painel a discussão sobre a crise hídrica que tem afetado a vida dos moradores da região metropolitana de Belo Horizonte. Ela disse que, ao tomar ciência dos baixos volumes dos reservatórios, por ausência das chuvas, foi necessário, além das campanhas de divulgação, estudar a inclusão de uma sobretaxa e até de avaliar a possibilidade de rodízios a fim de reduzir o consumo imediato. “Até chegou a ser criado um grupo para estudar a viabilidade de captação de águas profundas. A opção de fazer um aditivo a um contrato de Parceria Público-privada (PPP) já existente foi a solução de engenharia mais rápida para um problema que não poderia esperar. A obra de captação do leito do rio Paraopeba já está 66% concluída e segue cumprindo os cronogramas graças ao aporte financeiro do Estado e ao TCEMG, que tem dado apoio à Copasa fazendo o acompanhamento das fases da obra”, ressaltou.

Já Alma Domingues, da Universidade de Castilla-La Mancha, falou sobre o controle ambiental e as obras de infraestrutura hídrica na Europa. Estudiosa do tema desde 1991, ela acompanhou a evolução da legislação ambiental que passou a usar o conceito de “cuentas hidrográficas”, que emprega a divisão das bacias hidrográficas, e não a divisão política dos mapas, para fazer distribuição de infraestrutura, políticas públicas e controle. Segunda ela, esse conceito originou-se na Espanha e posteriormente foi adotado pela União Europeia.



Sinara Inácio Meireles Chenna, diretora presidente da Copasa

Mauro Borges, presidente da Cemig, fez um breve relato sobre as diferenças regionais na avaliação de desempenho das políticas públicas de infraestrutura. De acordo com ele, “é preciso entender as desigualdades regionais e ajustar as políticas públicas para que todo cidadão tenha acesso a uma infraestrutura mínima de saneamento e energia, por exemplo. É necessário tratar as desigualdades para não acentuá-las”.

Fechando o debate, Daniel Maia Vieira, secretário de Fiscalização de Infraestrutura Elétrica do TCU, falou dos desafios dos órgãos de controle para enfrentar, juntos com os governos, as necessidades de infraestrutura. Citou o caso da transposição do rio São Francisco, que teve por objetivo o atendimento de abastecimento de água, mas que pode ter afetado a produção de energia elétrica e causado impactos ambientais. Segundo ele, “a fiscalização dos tribunais de contas para a verificação da economicidade das obras de infraestrutura foi ampliada para uma avaliação mais ampla onde se verifica se a política pública está sendo aplicada em favor dos interesses sociais”.



Daniel Maia Vieira, do TCU, falou da infraestrutura

Acesso à informação é um dos caminhos para melhoria da saúde pública

A crença no empoderamento do cidadão, por meio do acesso à informação pública, para concretização do controle social e melhoria das políticas públicas. Foi com essa ideia que a diretora do Centro de Integração da Fiscalização e de Gestão da Informação Estratégica (conhecido como Suricato) do Tribunal de Contas do Estado (TCEMG), Jacqueline Gervásio, fez sua participação no painel “Controle das Políticas Públicas na Área de Saúde”. O evento foi realizado no dia 8/10, durante a programação do I Congresso Internacional de Controle e Políticas Públicas. “O controle externo deve agregar valor à vida do cidadão. Essa é uma preocupação internacional e as auditorias operacionais, com suas recomendações, cumprem esse papel”, defendeu a servidora.

O Auditor do Tribunal de Contas da União (TCU) Rodrigo Schafhauser falou sobre “Os Achados da Auditoria Coordenada na Atenção Básica à Saúde”. Ele detalhou o trabalho realizado por 30 tribunais de contas, envolvendo o esforço de 119 auditores, que atuaram em 317 municípios de 23 estados brasileiros. “Na auditoria coordenada o planejamento é conjunto, mas cada tribunal faz sua auditoria e relatório independentemente”, infor-

mou. Segundo dados apresentados por Schafhauser, 74% dos municípios não fazem corretamente um levantamento das necessidades da população na área de saúde. Outros exemplos de achados da auditoria são que 68% dos municípios não são eficientes na capacitação de profissionais e gestores e que 65% dos estados não têm estruturas adequadas de monitoramento e avaliação dos seus serviços de saúde.

O fenômeno da judicialização da política pública da saúde foi analisado pela desembargadora do Tribunal de Justiça mineiro Vanessa Verdolim Hudson Andrade. A magistrada não escondeu que a judicialização tem seus benefícios. “É a possibilidade do cidadão buscar, no Judiciário, direitos que órgãos públicos e privados não conseguiram garantir. Apenas no Poder Judiciário temos certeza do atendimento, já que as filas são enormes e nem um terço das pessoas que esperam são atendidas”, explicou. Entretanto, a desembargadora não deixou de citar os problemas do fenômeno. “A Constituição não fez da saúde um direito absoluto. Ela deve ser dada, não da forma que as pessoas entendem, mas da forma que é necessária”, disse. Vanessa Verdolim lamentou que as liminares obrigam governos a gastar em determinadas áreas ou para atender determinadas pessoas, em detrimento do coletivo.

A presidente da Associação de Pacientes com Doença Falciforme, Maria Zenó da Silva, trouxe ao painel o “Olhar do Controle Social: Impactos para o Cidadão”. Para ela, o Sistema Único de Saúde foi “pensado de uma forma linda”, mas não alcança seu propósito. “O terceiro setor existe para lutar por esse direito. O SUS não é de todo ruim, o problema é a gestão, ele é usado como barganha, os cargos são preenchidos por interesse político”, denunciou.



A diretora do Centro de Integração da Fiscalização e de Gestão da Informação Estratégica (conhecido como Suricato) do Tribunal de Contas do Estado (TCEMG), Jacqueline Gervásio, fez sua participação no Painel Controle das Políticas Públicas na Área de Saúde



Aroldo Cedraz defendeu o uso das novas tecnologias no controle externo

O presidente do Tribunal de Contas da União, ministro Aroldo Cedraz, defendeu o uso das novas tecnologias e da informação nas atividades do controle externo do dinheiro público, em palestra proferida durante o *I Congresso Internacional de Controle e Políticas Públicas*. Foi o primeiro evento público com a participação do ministro logo após a sessão que resultou na emissão de um parecer prévio pela reprovação das contas de 2014 do governo federal. A palestra tinha o título de *O controle externo no 3º milênio: desafios e possibilidades*. O presidente do TCU mostrou-se bem receptivo às novas tecnologias e justificou que “o homem é fruto de seu tempo”.

Cedraz abriu a palestra com informações históricas e destacou a participação de Rui Barbosa e de Serzedello Correa como os principais responsáveis pela criação do TCU, o que permitiu, posteriormente, a criação dos tribunais de contas dos estados e municípios. Informou que, apesar de projetos e discussões anteriores, “a instalação do tribunal só ocorreu em 17 de janeiro de 1893, graças ao empenho do ministro da Fazenda do governo de Floriano Peixoto, Serzedello Corrêa”. E acrescentou que, três meses depois, Serzedello Correa deixou o ministério porque o presidente queria retirar poderes do Tribunal que, ainda em seus primeiros atos, “considerou ilegal a nomeação, feita pelo presidente Floriano Peixoto, de

Ministro Aroldo Cedraz, presidente do TCU



um parente do ex-presidente Deodoro da Fonseca”.

O Conselheiro Presidente do TCEMG, Sebastião Helvecio, iniciou a sessão com uma apresentação do novo portal, na internet, do Instituto Rui Barbosa – IRB, órgão que ele também preside. Após a palestra de Aroldo Cedraz ele anunciou que todos os 34 tribunais de contas do Brasil enviaram representantes ao *I Congresso Internacional* e também citou as universidades do Brasil e do exterior que estavam presentes.

Ministro do TCU afirmou que Controle Externo tem capacidade de modificar o Brasil

O Ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Augusto Nardes, apresentou, no dia 8/10, trabalho do órgão sobre Governança Pública que, segundo ele, tem a capacidade de modificar a administração pública do país. “A sociedade está cansada de improviso, do não planejamento, da não entrega de bons serviços de educação, saúde, transporte. Os tribunais de contas podem fazer a di-



O Ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Augusto Nardes

ferença. Não somos governo, mas temos quadros excelentes de pessoal. O controle é permanente, enquanto os governos são voláteis. Direcionar a gestão é um dos principais papéis da governança, e, fazendo isso, vamos resgatar a esperança no Brasil”, explicou.

O ministro constatou que o Brasil vive uma guerra social já que 70 milhões de pessoas estão tão fragilizadas a ponto de precisarem do Bolsa Família. Para ele, a situação deve ser enfrentada com pragmatismo e avaliação da educação pública. “Fizemos uma grande auditoria na educação e os números não são bons. Dos 51 milhões de jovens brasileiros, apenas 25 milhões vão concluir o ensino médio, ou seja, vão desempenhar atividades que não vão contribuir para a melhora da competitividade nacional”, informou.

Outra preocupação de Augusto Nardes é a responsabilidade fiscal. Segundo ele, se não fosse a atividade fiscalizatória dos tribunais de contas, todo o esforço de responsabilidade fiscal estaria enterrado. O Ministro lamentou que alguns governos estão em dificuldade no presente por terem aumentado a estrutura estatal de forma inconsequente. “Em curtíssimo tempo não teremos como pagar aposentados e precisaremos cortar salários de servidores”, alertou.

Presidente Sebastião Helvecio aposta no controle externo para a garantia do futuro

A vinculação entre passado, presente e futuro foi o centro da análise do Conselheiro Sebastião Helvecio, presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e também do Instituto Rui Barbosa (IRB), sobre a atividade do controle externo do dinheiro público. Ele explicou que “conhecer os marcos históricos nos ajuda a compreender a necessidade de modernização permanente dos tribunais de contas” e que o controle é uma busca pela garantia das gerações futuras, pois as decisões políticas produzem efeitos de longo prazo. “Nós, julgadores de contas, estamos na verdade analisando contratos sociais, e não apenas contas”, enfatizou.

A palestra de Sebastião Helvecio recebeu o título de *Bases epistemológicas do controle de políticas públicas: indicadores e desempenho*, e fez parte

do último dia do congresso internacional, no principal auditório do Minascentro. A conselheira presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, Cristiana de Castro Moraes, presidiu a mesa.



O palestrante citou lições extraídas de filósofos como Friedrich Nietzsche, na peça *Zaratustra*, que faz um questionamento sobre quem devemos chamar de “próximos”, que não devem ser apenas aqueles das gerações contíguas. “Precisamos ter um olhar aguçado para estas questões que geram impactos futuros”, alertou.

Ele também comentou a rejeição das contas do executivo federal pelo TCU. Lembrou que foi a Constituição Federal de 1988 que concedeu autonomia aos tribunais de contas e, por isso, hoje está sendo possível rejeitar as “pedaladas fiscais”. Ele também fez alusão à palestra do professor Acemoglu, de onde relembrou o conceito de “inimigos do futuro que banalizam e produzem uma aceleração improdutivo insensível aos custos e em nome da modernidade”. Para Sebastião Helvecio, política pública é medida de alocação de recursos. “Não há solução fora da política, mas nós precisamos de bons políticos pois não podemos continuar enfrentando os problemas, em pleno século XXI, da mesma forma que há 20 anos atrás”, postulou.

O presidente do Instituto Rui Barbosa, instituição responsável pelo congresso, declarou que estava muito satisfeito ao ver o público aberto ao conhecimento e à troca de informações com os acadêmicos de outros países. Antes de finalizar, ele apresentou os índices de gestão dos municípios mineiros, ressaltando que a melhor pontuação dos municípios se deu nos quesitos mais severamente fiscalizados pelo TCEMG, confirmando a necessidade de controle para o benefício social.

Conferência de filósofo espanhol encerrou Congresso Internacional

Coube ao professor de Filosofia da Universidade do País Basco, Daniel Innerarity, realizar a conferência de encerramento do congresso internacional. Ao apresentá-lo aos 1.500 participantes presentes no Minascentro, em Belo Horizonte, o anfitrião e presidente do Instituto Rui Barbosa (IRB) e do Tribunal de Contas do Estado (TCEMG), Conselheiro Sebastião Helvecio, revelou que a obra do espanhol é uma das principais influências no seu pensamento acerca das instituições.

Em sua apresentação, Daniel Innerarity afirmou que o futuro não está bem atendido pela geração atual, que, para ele, vive uma enorme distração coletiva. A realidade estaria inserida numa tirania do presente, um imperialismo, que parasita o tempo futuro. Dessa forma, o professor fez uma crítica à sociedade atual, definida como “de satisfação imediata” em que o presente é o único foco de gratificação e interesse.

Ao discorrer sobre a democracia, Innerarity reconheceu que ela é muito vulnerável aos grupos de pressão. “Mas alguns grupos são incapazes de fazer pressão, como, por exemplo, os que ainda não nasceram”, disse. A sociedade, segundo o filósofo, presta atenção apenas nos riscos atuais e nenhuma atenção é dada aos riscos

O professor de Filosofia da Universidade do País Basco, Daniel Innerarity



futuros. Ele citou o consumo desenfreado e as contaminações ambientais como prova disso.

A organização política também é objeto do pensamento do acadêmico. O comportamento eleitoral repetiria, hoje, no plano do tempo, convicções que no passado foram expressas pelos nacionalistas quanto ao espaço e aos laços de sangue. “Antes, tínhamos: primeiro os nacionais. E, no presente, temos: primeiro os de agora. Os cidadãos de hoje têm mais direitos do que os cidadãos de depois. Trata-se de imperialismo temporal, de dominação das gerações atuais sobre as futuras, de expropriação do futuro dos outros”, denunciou.



Da esquerda para a direita, os Conselheiros Gilberto Diniz, José Alves Viana, Adriene Andrade, Sebastião Helvecio, Wanderley Ávila, Mauri Torres, Licurgo Mourão e Hamilton Coelho

TCEMG celebra 80º aniversário com cerimônia de entrega de medalhas

O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCEMG – condecorou, no dia 09 de setembro, 33 personalidades brasileiras com o Colar do Mérito da Corte de Contas “Ministro José Maria de Alkmim” e 11 Conselheiros com a medalha comemorativa dos 80 anos do Tribunal. A cerimônia, realizada no Auditório Vivaldi Moreira, contou com a presença de várias autoridades de Minas e outros Estados.

“Minhas primeiras palavras são de agradecimento e orgulho por estarmos, de um lado, comemorando os 80 primeiros anos do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e, de outro, por termos a oportunidade de homenagear as personalidades aqui presentes”, destacou o Presidente do TCEMG, Conselheiro Sebastião Helvecio. Referindo-se às autoridades participantes da cerimônia, Helvecio enfatizou que ali estava reunida “uma plêiade de pessoas preocupadas com o Brasil” e conscientes de que ser feliz é procurar ser útil à sociedade.



Para o Presidente Sebastião Helvecio, os agraciados são exemplos de pessoas preocupadas com o Brasil

O Conselheiro-Presidente assinalou que os problemas são muitos, mas que “nada é mais forte que o povo brasileiro”, ao ressaltar a importância da formação de lideranças sadias e bons políticos, mais preocupados com a promoção de ações de inteligência e menos com a “espetacularização” das ações do controle. “Tenho a alegria de afirmar que o controle externo exercido pelo Tribunal de Contas foi ampliado, deixando de ser apenas de conformidade, mas estendendo o olhar para a avaliação da economicidade e eficiência das políticas públicas”, sublinhou Helvecio, ao lembrar que, de 34 tribunais de contas brasileiros, 29 já têm seu sistema de inteligência capacitado a justamente fazer esse tipo de análise.

Falando em nome dos homenageados com o Colar do Mérito, a Conselheira-Presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, Cristiana de Castro Moraes, referiu-se à entrega da comenda como um ato que “anima sobremaneira todos aqueles comprometidos com o bem público em suas mais diversas expressões” e que a “magnitude do galardão está intimamente ligada à importância da instituição que a concede”. Assinalando que, em seus 80 anos de história, o TCEMG sempre se destacou no cenário nacional, a Conselheira salientou o papel da Corte de Contas mineira “no firme propósito de solidificar os conceitos e rotinas de fiscalização e oferecer uma resposta à população a que serve” e ressaltou o trabalho da Escola de Contas e do “moderno projeto de transparência premiado em âmbito nacional”.

Da mesa de honra presidida pelo Conselheiro-Presidente do TCEMG, Sebastião Helvecio, participaram o vice-governador do Estado de Minas Gerais, Antônio Andrade; o presidente da Assembleia Legislativa do Estado de MG, deputado Adalcleber Lopes; o presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, desembargador Pedro Carlos Bitencourt Marcondes; o procurador-



Wanderley Ávila: “a natureza das instituições é ser perene e para ser assim, precisam ser fortes e valorosas”



A Conselheira-Presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, Cristiana de Castro Moraes



O vice-governador do Estado de Minas Gerais, Antônio Andrade

geral de Justiça do Ministério Público do Estado de MG, Carlos André Mariani Bittencourt; a defensora pública-geral do Estado de MG, Christiane Neves Procópio Malard; o procurador-geral do Ministério Público junto ao TCEMG, Daniel de Carvalho Guimarães; do deputado federal Mário Lúcio Heringer; o vice-prefeito de Belo Horizonte, Délio Malheiros, representando o prefeito municipal Márcio Lacerda; o assistente secretário e relações públicas, da 4ª Região Militar, o coronel José Mateus Teixeira Ribeiro, representando o comandante general de divisão do Exército Mário Lúcio Alves de Araújo; o vice-presidente do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, Conselheiro Marco Peixoto; o diretor de Assuntos Corporativos da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil, Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba Fábio Túlio Filgueiras Nogueira, representando o presidente da Atricon, Conselheiro Valdecir Pascoal; e o presidente da Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios e presidente do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia, Conselheiro Francisco de Souza Andrade Netto.

A Medalha de 80 anos do TCEMG

Foram agraciados com a Medalha de 80 anos do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, os atuais Conselheiros Sebastião Helvecio Ramos de Castro (Presidente); Mauri José Torres Duarte (Corregedor); Wanderley Geraldo de Ávila; Adriene Barbosa de Faria Andrade; José Alves Viana e Gilberto Pinto Monteiro

Diniz; os Conselheiros Substitutos Licurgo Mourão e Hamilton Coelho; os Conselheiros aposentados Mário Genival Tourinho (de 1984 a 1985) e Maurício Brandi Aleixo (1984 a 1999); e o ex-Conselheiro Antônio Carlos Andrada (2005 a 2012).

Ao falar em nome dos homenageados com a medalha especial, o Conselheiro Wanderley Ávila fez uma breve referência histórica ao nascimento do Tribunal de Contas de Minas Gerais em 1935. “Poderíamos dizer que esta Corte ainda é jovem, comparativamente aos centenários tribunais de contas da União, dos Estados do Piauí e da Bahia, como também ao Tribunal de Justiça de nosso Estado”, observou o Conselheiro ao declarar que “a natureza das instituições é ser perene e para ser assim, precisam ser fortes e valorosas”.

O Colar do Mérito

O Colar do Mérito, que homenageia o primeiro Presidente do TCEMG, José Maria de Alkmim, é conferido anualmente a personalidades que prestaram relevantes serviços ao País, a Minas Gerais e ao sistema Tribunais de Contas. A comenda foi instituída em 1995 e homenageia o bicauiense José Maria de Alkmim (1901-1974), de quem a extensa biografia inclui o exercício do cargo de ministro do TCEMG na primeira composição da Corte, em 1935, ao lado de Álvaro Baptista de Oliveira e Mário Gonçalves de Mattos. Alkmim foi também mMinistro da Fazenda (1956-1958) e vice-presidente do Brasil (1964-1967).

AGRACIADOS EM 2015

As 33 personalidades agraciadas com o Colar do Mérito da Corte de Contas Ministro José Maria de Alkmim em 2015 foram: Ana Flávia de Sousa e Loures (Jurista; Advogada e Consultora Jurídica); Cristiana de Castro Moraes (Presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo); Daniela Muradas (Professora da Universidade Federal de Minas Gerais); Durval Ângelo Andrade (Deputado Estadual); Evaldo Ferreira Vilela (Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig); Florivaldo Dutra de Araújo (Professor da Universidade Federal de Minas Gerais); Francisco de Souza Andrade Netto (Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia); Gisa Barbosa Gambogi Neves (Jurista; Advogada e Professora Universitária); Gustavo da Cunha Pereira Valadares (Deputado Estadual); Helvécio Miranda Magalhães Júnior (Secretário de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais); Inaldo da Paixão Santos Araújo (Presidente do Tribunal de Contas do Estado da Bahia); Jacqueline de Oliveira Ferraz (Delegada; Coordenadora do 1º Departamento de Polícia Civil de Belo Horizonte); Jobson Nogueira de Andrade (Presidente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais – CREA-MG); José Afonso Bicalho Beltrão da Silva (Secretário de Estado de Fazenda de Minas Gerais); José Roberto de Mendonça Júnior (Advogado); Juarez Rocha Guimarães (Professor e Pesquisador da Universidade Federal de Minas Gerais); Karine Salgado (Professora Adjunta da Universidade Federal de Minas Gerais); Leo-

nardo Duque Barbabala (Promotor de Justiça do Estado de Minas Gerais; Coordenador do Grupo Especial de Promotores de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Minas Gerais); Lilian Maciel Santos (Juiza de Direito Auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais); Manoel Pires dos Santos (Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins); Marco Antônio de Rezende Teixeira (Secretário de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais de Minas Gerais); Marco Antônio Soares da Cunha Castello Branco (Presidente da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Codemig); Mário Lúcio Heringer (Deputado Federal); Mário Vinícius Clausen Spinelli (Controlador-Geral do Estado de Minas Gerais); Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti (Promotora de Justiça do Ministério Público da Bahia; Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público); Onofre Alves Batista Júnior (Advogado-Geral do Estado de Minas Gerais); Renato Luís Drech (Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais); Ricardo Henrique Carvalho Salgado (Professor da Universidade Federal de Minas Gerais); Sérgio Barbosa Menezes (Superintendente da Polícia Federal em Minas Gerais); Tadahiro Tsubouchi (Advogado; Consultor Jurídico); Tadeu Carneiro (Presidente da Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração – CBMM); Vitor Mário Valverde (Secretário de Governo da Prefeitura de Belo Horizonte); e Coronel Helbert Figueiró de Lourdes, Chefe do Gabinete Militar do Governador (Colar do Mérito de 2014).

ALMG homenageou as oito décadas do Tribunal de Contas



O deputado Wander Borges, autor do requerimento que deu origem ao tributo, afirmou que a situação enfrentada pelo país - com grande desigualdade, impostos elevados e serviços de baixa qualidade - exige mandatários compromissados com o interesse público e o bem comum



O Presidente Sebastião Helvecio, durante o pronunciamento, anunciou que o TCEMG alcançou recentemente o número de 12 milhões de notas fiscais eletrônicas analisadas em seus sistemas informatizados, o que permite a fiscalização em tempo real da aplicação de R\$ 58 bilhões

A Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) realizou sessão, na noite do dia 15 de setembro, em homenagem aos 80 anos do Tribunal de Contas do Estado (TCEMG), completados no dia 9 do mesmo mês. O deputado Wander Borges, autor do requerimento que deu origem ao tributo, afirmou que a situação enfrentada pelo país - com grande desigualdade, impostos elevados e serviços de baixa qualidade - exige mandatários compromissados com o interesse público e o bem comum. "Instituições sólidas e efetivas são construídas com zelo, denodo e afincio; destaque por isso a trajetória de modernização pela qual passa o Tribunal na gestão do nosso Conselheiro Presidente Sebastião Helvecio. Parabéns a todos que fizeram parte dos seus quadros, parabéns para os que hoje o integram, parabéns Minas Gerais por ter esta importante instituição democrática na plenitude. E viva o Tribunal de Contas", comemorou o deputado no encerramento do discurso.

Ao retornar ao plenário do parlamento mineiro, no qual serviu por seis mandatos, o Presidente Sebastião Helvecio recordou que, naquele momento, fazia seu discurso na tribuna do lado direito da mesa diretora, local em que a população tinha voz durante a Constituinte Estadual, nos anos de 1988 e 1989, quando também exerceu mandato popular. "A ALMG teve a coragem cívica, na Constituição Cidadã de 1989, de dar ao Tribunal de Contas todos os instrumentos necessários para que ele seja de fato um instrumento da cidadania. Nós do TCEMG estamos convencidos de que a missão institucional dada pelo povo, pela Assembleia, deve ser exercida com empenho, dedicação e sobretudo a favor do cidadão",



A Sociedade Musical Santa Cecília, de Sabará, fez apresentações durante a homenagem

disse. O Conselheiro Presidente reforçou que o sentido de existência das instituições públicas é o serviço que prestam pela melhoria das condições de vida da população. Como exemplo da dedicação crescente do Tribunal à sociedade, ele anunciou que o órgão alcançou recentemente o número de 12 milhões de notas fiscais eletrônicas analisadas em seus sistemas informatizados, o que permite a fiscalização em tempo real da aplicação de R\$ 58 bilhões, recursos esses dos cofres públicos estadual e municipais.

Representando o presidente da ALMG, deputado Adalberto Lopes, o 1º vice-presidente, deputado Hely Tarquínio, leu mensagem enaltecendo a atuação histórica do Tribunal de Contas, sobretudo após a redemocratização brasileira. "Em nome da consciência democrática e republicana, louvo o TCEMG, instituição que reafirma a autonomia de independência dos poderes, em vista à valorização da cidadania", expressou.

Também estiveram na sessão legislativa os Conselheiros do TCEMG Wanderley Ávila, José Viana e Gilberto Diniz; os deputados João Alberto Paixão Lages e Dalmo Ribeiro. Além da procuradora do Ministério Público junto ao TCEMG, Sara Meinberg; da diretora Geral do TCEMG, Raquel Simões; do Chefe de Gabinete do Conselheiro Presidente, Ronaldo Machado; da diretora da Escola de Contas, Natália Araújo; da diretora do Centro de Integração da Fiscalização e de Gestão de Informações Estratégicas, Jacqueline Gervásio, e dezenas de outros servidores da Corte de Contas. A lado dos oradores, sentaram-se à mesa de honra da solenidade o ouvidor geral do Estado, Fábio Caldeira; a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard; e o vice-prefeito de Belo Horizonte, Délio Malheiros.

Memorial traz o passado como presente de aniversário

Os 80 anos de história do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG), completados no dia 9 de setembro de 2015, ganharam mais um importante capítulo. O Presidente Sebastião Helvecio inaugurou o Memorial Conselheiro Eduardo Carone Costa, localizado no Hall de entrada do edifício-sede e lançou também a pedra fundamental do Centro de Integração da Fiscalização e de Gestão de Informações Estratégicas do TCEMG - Suricato.



Sebastião Helvecio "cortou" a fita inaugural ao lado do curador da exposição e Auditor Federal do Tribunal de Contas da União (TCU), Anselmo Loschi Bessa; do Conselheiro Gilberto Diniz, da Procuradoria do MP junto ao TCEMG, Elke Andrade Soares de Moura Silva; e do Filho do Conselheiro Carone, Eduardo Carone Júnior

O memorial homenageia o Conselheiro Eduardo Costa que, a partir de 1962, dedicou 51 anos de sua vida profissional ao Tribunal de Contas mineiro. Nascido em Visconde do Rio Branco, advogado e administrador, Carone exerceu diversos cargos no TCE, dentre eles o de Auditor, Conselheiro, Corregedor e Presidente da Instituição. Aposentou-se em março de 2013 e faleceu em novembro de 2014. Representando a família, o filho do Conselheiro, Eduardo Carone Júnior, fez um agradecimento emocionado e salientou que o pai era "um homem que gostava de olhar para o passado como forma de se preparar para o futuro".

O Presidente Sebastião Helvecio lembrou a acolhida que teve de Eduardo Carone Costa ao tomar posse no Tribunal de Contas como Conselheiro. Enfatizou que recebeu, do decano à época, os sábios ensinamentos de quem já tinha uma longa trajetória e uma bela história na Corte.

A solenidade teve, ainda, o lançamento da cápsula do tempo que ficará lacrada pelos próximos 80 anos, contendo um *pencard*

com registros históricos do TCEMG, como o vídeo institucional do Tribunal de Contas, o Diário Oficial de Contas - D.O.C. de 9/10/2015, a Revista do Tribunal, o Relatório de Atividades de 2014, o Relatório de Atividades dos 1º e 2º semestres de 2015 e apresentação do projeto de construção do Centro de Integração da Fiscalização e de Gestão de Informações Estratégicas do TCEMG - Suricato. A cápsula guarda, ainda, o jornal O Tempo, de 9/10/2015; o jornal Estado de Minas, da mesma data; a Imprensa do Diário Oficial de Contas com o texto sobre o Lançamento da Pedra Fundamental e o Informativo do Tribunal de Contas.

No encerramento, o Presidente Sebastião Helvecio abriu também a Exposição Casa dos Contos, idealizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Ele "cortou" a fita inaugural ao lado do curador da exposição e Auditor do Tribunal de Contas da União (TCU), Anselmo Loschi Bessa; do Conselheiro Gilberto Diniz, da Procuradoria do MP junto ao TCEMG, Elke Andrade Soares de Moura Silva; e do filho do homenageado, Eduardo Carone Júnior. A narrativa histórica da exposição mostra as instituições antecedentes à criação do Tribunal de Contas no Brasil.

Após a abertura oficial, diversos servidores do TCEMG e conselheiros de todo Brasil e da República Dominicana, que estavam na casa para uma reunião do Instituto Rui Barbosa, puderam visitar a exposição.



Momento da inauguração do "Memorial Conselheiro Eduardo Carone Costa"



Representando a família, o filho do Conselheiro, Eduardo Carone Júnior, fez um agradecimento emocionado



A solenidade teve, ainda, o lançamento da cápsula do tempo que ficará lacrada pelos próximos 80 anos

Ao longo da história - Parte III

Márcio de Ávila Rodrigues - Jornalista

Oitenta anos exatos se passaram desde que José Maria de Alkmin, Mário Gonçalves de Mattos e Álvaro Baptista de Oliveira tomaram posse, no dia 9 de setembro de 1935, como ministros do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. O ato representou a realização do projeto de criação de um sistema de controle externo do dinheiro público. Um ideal de valorização da democracia e da cidadania.

Nesse intervalo de oito décadas, milhares de pessoas trabalharam na “repartição”, palavra – hoje esquecida – que representa o local do serviço público. Muitos servidores, técnicos, agentes administrativos, gestores e, em menor número, julgadores de atos públicos.

Na terceira e última parte desse apanhado histórico das oito décadas de atividade do TCEMG apresentamos a família Faria Tavares, que teve três de seus membros – todos irmãos – atuando na função maior de Conselheiro. Em outro tópico apresentamos o *périplo* da Corte por sedes alugadas ou cedidas até a construção do seu local definitivo, na Avenida Raja Gabaglia.

Outro tópico recai na importância da Constituição Federal de 1988 – acompanhada pela Mineira, um ano depois –, que elevou a importância do sistema Tribunal de Contas na fiscalização do dinheiro público. Também mereceram atenção duas leis posteriores que adicionaram funções públicas ao Tribunal de Contas: a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei Federal 9.504/97.

Destacamos a importância de auditores e procuradores no Tribunal desde as primeiras décadas de sua existência. Atualmente as duas categorias possuem um formato diferente, com ingresso por concurso público e direito a assento no Colegiado do Pleno. E completamos com informações sobre a implantação de uma escola voltada para a capacitação de servidores.

O dia 9 de setembro de 2015 é uma data marcante: é o aniversário de 80 anos do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

A família Faria Tavares produziu três conselheiros

José de Faria Tavares foi deputado estadual constituinte em 1947, quando teve a oportunidade de ajudar a restaurar o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, órgão ao qual seria incorporado como Conselheiro em 1965 – uma trajetória idêntica à de Aloysio Alves da Costa. Presidiu a Corte nos biênios 1971/73 e 81/83.

Aposentou-se em 1984 e sua vaga acabou destinada ao irmão Expedito, outro dos 11 filhos do político e fazendeiro Secundino de Faria Tavares, todos nascidos no pequeno município de Córrego Danta. Advogado e político como o irmão José, Expedito foi deputado estadual de 1963 a 1975 e foi nomeado Conselheiro pelo Governador Tancredo Neves.

E a coincidência – única na história do TCEMG – voltou a ocorrer em 1986, com a aposentadoria de Expedito e a nomeação de mais um irmão para a mesma vaga, dessa vez escolhido pelo Governador Hélio Garcia. Médico de formação, Dario de Faria Tavares foi secretário de Saúde em três governos e foi também deputado federal. Ficou apenas um ano e meio no Tribunal, até se aposentar em 1988.

José de Faria Tavares presidiu o Tribunal em duas oportunidades



Em 1986 o TCE inaugurou sua sede definitiva

Somente em 8 de outubro de 1986 o Tribunal de Contas inaugurou sua sede própria, um edifício situado no segundo quilômetro da Avenida Raja Gabaglia, sob a presidência do Conselheiro Manoel Taveira. Em 1996, o então presidente Flávio Régis Xavier de Moura e Castro inaugurou o prédio anexo, que atualmente aloja os gabinetes dos conselheiros, o Auditório Vivaldi Moreira e as salas do espaço cultural.

Desde a inauguração, o TCE funcionava em prédios e salas cedidos ou alugados. Só na primeira fase (1935-39) foram três locais: Feira Permanente de Amostras (atual rodoviária), Praça Sete e Rua Tupis (esquina de Rio de Janeiro). Em 1948 a Corte foi reinstalada no Edifício Dantés (Avenida Amazonas), passando depois pela Rua Espírito Santo e Rua dos Tamoios.

A nova sede se tornou necessária, pois o constante aumento de funcionários e de atribuições havia descentralizado a Corte. No início dos anos 1980 a sede ficava na Praça Sete (prédio do Bemge), mas outros setores funcionavam no Edifício Duque de Caxias e no Edifício Helena Passig, e ainda havia um arquivo no Barro Preto (Rua Paracatu).

A última Constituição valorizou o controle externo

A Constituição Federal de 1988 foi a que mais valorizou o controle externo e a instituição Tribunal de Contas, criando mais atribuições e concedendo-lhe mais poderes. A *lei maior* acrescentou a fiscalização operacional da gestão dos recursos públicos e estendeu os aspectos da fiscalização que, além da legalidade, passou a abranger a legitimidade e a economicidade.

No ano seguinte foi elaborada a nova Constituição mineira, que acompanhou a Federal na composição dos quadros de conselheiros, auditores e procuradores do Ministério Público. Atualmente os cargos de Auditor e Procurador são preenchidos por concurso público e cada uma dessas duas categorias ganhou um assento no Colegiado de Conselheiros.

Outras leis posteriores criaram novas atribuições para a Corte de Contas, principal a Lei de Responsabilidade Fiscal (ano 2000), que instituiu dois relatórios contábeis que devem ser enviados várias vezes por ano pelos 853 municípios mineiros. Anteriormente, a Lei Federal 9.504/97 estabeleceu que cabe aos tribunais de contas enviar para a Justiça Eleitoral a lista de agentes públicos com irregularidades sujeitas ao instituto da inelegibilidade.

Auditores e procuradores, fundamentais no apoio à Corte

O primeiro cargo de Auditor foi criado pela Lei 164, de 1948, com quatro vagas preenchidas por livre escolha do Governador. Em 2004, por emenda constitucional, o preenchimento passou a ser realizado por concurso público. Atualmente o Auditor relata processos e atua como Conselheiro Substituto.



O então Presidente Simão Pedro Toledo acompanha a saída das equipes de inspeção in loco (foto de 2003)



Obras da construção do prédio anexo (foto de julho de 1993)

Cinco anos antes, em 1999, foi empossado, pela primeira vez, um conselheiro egresso do quadro de auditores, Eduardo Carone Costa. Em 2013, ao se aposentar, foi substituído por um dos auditores aprovados no concurso público para a categoria, Gilberto Diniz, que já era servidor do Tribunal desde 1988, onde ingressou como contador-inspetor, também por concurso público.

E no ano de 2008 foram empossados os primeiros procuradores do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas aprovados por concurso público. Apenas dois anos, depois um deles, Cláudio Couto Terrão, foi nomeado conselheiro para ocupar a vaga criada por lei, exclusiva para a categoria.

Uma escola para difundir o controle externo

Na década de 1990 cristalizou-se no TCEMG a ideia de criar uma escola para aumentar a qualificação de seus servidores e também promover cursos externos para os órgãos jurisdicionados. Duas resoluções – emitidas em 1994 e 96 – finalmente criaram e regulamentaram o novo setor da Corte de Contas.

O nome escolhido (Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo) foi uma homenagem ao político, jurista e professor que chegou à Vice-Presidência da República nos anos 1960. Seu filho Maurício Brandi Aleixo foi Conselheiro do Tribunal entre 1984 e 1999 e exerceu a Presidência no biênio 1987-88.

Após diplomar centenas de profissionais em um curso de pós-graduação *lato sensu*, em convênio com a PUC, a Escola foi credenciada, em 2012, pelo Conselho Estadual de Educação, para oferecer seus cursos de forma autônoma. Em dezembro de 2014 diplomou a primeira turma que se enquadrava no novo formato. Atualmente a Escola funciona em um prédio exclusivo, dentro das dependências do Tribunal.



Formatura da turma de 2002 do curso de pós-graduação promovido pela Escola de Contas

Comemoração dos 80 anos teve duas rodadas de encontros técnicos

Belo Horizonte encerrou segunda etapa de treinamentos

Prefeitos, presidentes de câmaras e servidores municipais participaram no dia 27/10, no auditório Vivaldi Moreira, do encerramento da série de encontros técnicos do TCEMG realizados nas macrorregionais do Estado de Minas Gerais. Ao todo, os técnicos do Tribunal percorreram as regiões do Jequitinhonha, Rio Doce e Mucuri; Sul e Sudoeste; Zona da Mata e Campos das Vertentes; Norte; Noroeste e regiões Central, Oeste e Metropolitana de BH. Belo Horizonte, capital do Estado, encerrou a segunda rodada de encontros técnicos com os municípios.

O tema trabalhado na segunda rodada foi “Gestão orçamentária e responsabilidade fiscal”. O Vice-Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG), Cláudio Couto Terrão, representando o Presidente Sebastião Helvecio, falou sobre sua satisfação em promover o encerramento dos encontros com um tema tão importante. “Para todos aqueles que trabalham e almejam a administração pública, a boa gestão orçamentária e responsabilidade fiscal é a concretização da prudência”, ressaltou. O Conselheiro lembrou que todos devem cuidar do que é público e não só do que é seu. “O que é de todos, parece que não é de ninguém. Temos que aprender um novo estado de pensar voltado para o altruísmo. Essa Casa é de todos vocês, é do povo mineiro. É a praça pública que todos devemos cuidar”, comparou.

O coordenador da Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo, Gustavo Terra Elias, agradeceu aos conselheiros pelo apoio nos eventos e iniciou o ciclo de palestras com o tema Planejamento, Gestão e Fiscalização da Execução de Contratos Governamentais. “Nada melhor que concluirmos a nossa rodada de encontros com este tema para iniciarmos com a execução orçamentária”, ponderou. Para ele, toda des-



O Vice-Presidente do TCEMG, Cláudio Couto Terrão falou na solenidade de abertura do evento. Gestores e servidores municipais lotaram o auditório do TCEMG

pesa tem raiz na execução orçamentária. Por isso, é necessário que os gestores tenham uma visão mais holística, compreendendo que todas as etapas da administração pública estão ligadas umas nas outras.

Participaram também da solenidade de abertura o Conselheiro decano do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, Wanderley Ávila; o Conselheiro Substituto, Hamilton Antônio Coelho; o Controlador-Geral de Belo Horizonte, José Maia, representando o prefeito da capital, Márcio Lacerda; o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, Daniel de Carvalho Guimarães; a assessora de economia da Associação Mineira de Municípios (AMM), Angélica Ferreti, representando o presidente Antônio Júlio e a diretora da Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo, Natália Araújo Ribeiro.

A servidora do TCEMG Rita de Cássia Chió Serra fez palestra na parte da tarde do mesmo dia com o tema “Execução do Planejamento Orçamentário: Programas, Projetos e Atividades no Orçamento”. Em seguida, o assunto “Instrumentos de Planejamento Orçamentário: Elaboração de LOA, LDO e PPA e a Abertura de Créditos Adicionais” foi abordado pela palestrante Regina Lopes de Assis.

No dia 28/10, Marcilio Melo abriu o ciclo de palestras com o tema “A Importância da Correta Estimativa de Arrecadação e da Correta Previsão das Renúncias Fiscais para o Alcance das Metas Fiscais”. Em seguida, o tema “Metodologia da Avaliação da Gestão Pública” foi abordado por Janaina de Andrade Evangelista. Encerrando a programação, Henrique de Paula Kleinsorge falou sobre “Responsabilidade na Execução Orçamentária: Limites de Gastos com Pessoal”.

João Pinheiro e região também receberam orientação

Na cerimônia de abertura do Encontro Técnico TCEMG e os Municípios, na etapa aberta em 20 de outubro, em João Pinheiro, região Noroeste de Minas, o Conselheiro Ouvidor José Alves Viana ressaltou que “estamos fazendo uma ação preventiva, pedagógica e orientadora para elevar a capacitação dos servidores públicos dos municípios mineiros e que o conhecimento ajuda a reduzir os custos dos erros causados pelo desconhecimento da legislação que os gestores públicos são obrigados a respeitar”.

Viana analisou cada tópico do *caput* do artigo 37 da Constituição Federal, que determina a obediência, pela administração pública, “aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência”. Ele destacou, especificamente, a questão da publicidade, que explicou ser um dever que também é seguido pelo Tribunal, que divulga no seu portal e no seu Diário Oficial Eletrônico (D.O.C.) as decisões da Corte



Conselheiro Viana destaca ação pedagógica do TCE no Encontro Técnico de João Pinheiro

na fiscalização do dinheiro público. “A lei de acesso à informação obriga o gestor a fazer os portais na internet para prestar contas à sociedade de todas as ações de administração pública”, alertou.

O prefeito de João Pinheiro, Carlos Gonçalves da Silva, elogiou a iniciativa do Tribunal em fornecer cursos técnicos e informou que “faz questão” que sua equipe sempre compareça a encontros semelhantes com a função de elevar sua qualificação técnica. Elogiou, ainda, a celeridade do Tribunal que já emitiu o parecer prévio sobre a prestação de contas municipal de 2013.

O presidente da Câmara Municipal de João Pinheiro, vereador Luiz Carlos Borges Ferreira, também fez um rápido discurso elogiando a iniciativa. Também compuseram a mesa dois representantes do TCE, o chefe de gabinete do presidente, Ronaldo Machado, e o coordenador da Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo, professor Gustavo Terra Elias.



CRTCE 
CENTRAL DE RELACIONAMENTO COM O TCE

Você informado com qualidade e agilidade.

Canais de Atendimento

Portal CRTCE: www.tce.mg.gov.br/falecomotce

Telefone: (31) 3348-2111

Av. Raja Gabaglia 1.315 – Luxemburgo – Belo Horizonte

Minas Gerais/CEP: 30380-435

 **TCEMG**
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Órgão de Controle, Transparência e Cidadania

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Raja Gabaglia, 1.315 - Luxemburgo - Belo Horizonte - MG

CEP: 30380-435 - TEL.: (31) 3348-2111



www.tce.mg.gov.br